

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA SANCIONATÓRIO PORTUGUÊS	13
1. Princípios orientadores do programa político-criminal de emanação jurídico-constitucional	14
2. Características gerais do sistema sancionatório português	17
3. Tipos de penas	20
3.1. Delimitação conceptual	20
3.2. Penas principais aplicáveis às pessoas singulares	22
3.2.1. Pena de prisão: única e simples e de duração limitada e definida	22
3.2.2. Pena de multa	24
3.2.2.1. Caracterização dogmática e político-criminal geral	25
3.2.2.2. Âmbito de aplicação	27
3.2.2.3. Limites	29
3.3. Penas de substituição aplicáveis às pessoas singulares	30
3.3.1. Eliminação das penas de substituição detentivas	32
3.4. Penas acessórias aplicáveis às pessoas singulares	35
4. Tipos de medidas de segurança	37
CAPÍTULO II – DETERMINAÇÃO DA PENA APLICÁVEL	
A PESSOAS SINGULARES	39
1. Determinação da pena em sentido amplo	39
2. Determinação da moldura da pena (pena aplicável)	40
2.1. Determinação do tipo legal de crime	40
2.2. Circunstâncias modificativas agravantes e atenuantes	41
3. Determinação concreta da pena (pena aplicada) – culpa e prevenção	42

3.1. Relacionamento dos princípios da culpa e da prevenção e “modelo” de medida da pena	43
3.2. Critérios de aquisição e de valoração dos fatores de medida da pena e fatores de medida da pena	46
4. Determinação concreta da pena de multa	47
4.1. Determinação dos dias de multa	48
4.2. Determinação do quantitativo diário	48
4.3. Prazo e condições de pagamento	49
 CAPÍTULO III – CASOS ESPECIAIS DE DETERMINAÇÃO DA PENA APLICÁVEL ÀS PESSOAS SINGULARES	
1. Reincidência	51
1.1. Pressupostos	52
1.2. Operações de determinação da pena	53
1.3. Considerações finais	55
2. Concurso de crimes	57
2.1. Pressuposto	57
2.2. Possibilidades de tratamento do concurso de crimes	58
2.3. Determinação da pena no direito vigente	58
2.4. Determinação superveniente da pena do concurso	61
2.4.1. Pressupostos	62
2.4.2. Regime	64
2.5. Punição do crime continuado	66
3. Desconto	67
3.1. Medidas processuais	67
3.2. Pena anterior	69
3.3. Regime de permanência na habitação	69
4. Atenuação especial da pena	70
4.1. Justificação político-criminal	70
4.2. Termos da atenuação	71
5. Dispensa de pena	72
5.1. Justificação político-criminal	72
5.2. Pressupostos	72
5.3. Relevo dogmático	73
 CAPÍTULO IV – ESCOLHA DA PENA E PENAS DE SUBSTITUIÇÃO	
1. Critério de escolha das penas de substituição	75
2. Regime das penas de substituição	76
2.1. Medida concreta da pena de substituição	79
2.2. Incumprimento da pena de substituição	80
	81

CAPÍTULO V – EXECUÇÃO DAS PENAS PRINCIPAIS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS SINGULARES	
1. Execução da pena de prisão	84
1.1. Direito interno	84
1.2. Prazos	85
1.3. Finalidades e opções político-criminais fundamentais	86
1.4. Regime de permanência na habitação	87
1.4.1. Pressupostos e regime geral	91
1.4.2. Natureza jurídica	94
1.4.3. Aspetos processuais	95
1.5. Liberdade condicional	96
1.5.1. Pressupostos	97
1.5.2. Duração	101
1.5.3. Regime	102
1.5.4. Liberdade condicional em caso de execução sucessiva de várias penas	103
1.5.5. Aspetos processuais	105
2. Execução da pena de multa. Não pagamento e suas consequências	105
2.1. Execução da pena de multa	106
2.2. Não pagamento da multa e suas consequências	107
3. Execução da pena de multa de substituição. Não pagamento e suas consequências	108
3.1. Execução da pena de multa de substituição	108
3.2. Não pagamento da multa de substituição e suas consequências	110
CAPÍTULO VI – MEDIDAS DE SEGURANÇA	113
1. Evolução e justificação político-criminal geral	113
2. Pressuposto, fundamento e limite	114
3. Princípios gerais do direito das medidas de segurança	115
4. Medida de segurança de internamento	116
4.1. Pressupostos	116
4.2. Finalidade	117
4.3. Duração	118
4.4. Execução da medida de segurança de internamento (reexame, revisão e liberdade para prova)	119
4.5. Internamento de inimputável pela prática de crime de incêndio florestal	122
4.6. Vicariato na execução	123
5. Suspensão da execução do internamento	123
6. Considerações finais	124

PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

CAPÍTULO VII – PENA RELATIVAMENTE INDETERMINADA	127
1. Justificação político-criminal e natureza mista da sanção	127
2. Delinquência por tendência	129
2.1. Pressupostos	129
2.2. Limites de duração	131
3. Agentes com menos de 25 anos de idade	131
4. Alcoólicos e equiparados	131
5. Agentes da prática de crime de incêndio florestal	132
6. Execução	132
6.1. Regras até se mostrar cumprida a pena que caberia ao crime	133
6.2. Regras depois de se mostrar cumprida a pena que caberia ao crime	134
7. Considerações finais	135
BIBLIOGRAFIA	137